



Texto 1

Trabalho infantil: A construção da Infância e da Criança como Ser de direitos

Leonidas Leal da Silva

Assistente Social

Coordenador Estadual da Proteção Social

Especial de Média Complexidade em Pernambuco.

Apresentação

Partindo das análises sobre as várias concepções de infância, este texto tem a finalidade de mostrar através da história como essas ideias foram se formando ao longo dos séculos. As afirmativas aqui expostas são fruto de revisão bibliográfica baseadas em literaturas existentes, onde tais concepções foram apresentadas de forma cronológica. São apresentadas partes de conhecimento para compreendermos o processo social e histórico pelo qual o entendimento do Ser criança, durante quase toda a história humana, nem sempre existiu, foi respeitado, ou considerado, para a concepção de sujeitos, que igualmente aos adultos, são detentores de direitos e necessitam de proteção – seres em condições peculiares de desenvolvimento. Ao contrário dessa premissa, crianças estavam sujeitas a todo tipo de ameaças, violências e injustiças. Uma delas, sempre presente, a exploração do trabalho precoce. Para os adolescentes, o conceito surge apenas no século XIX, até então foram tratados como adultos.

É a partir do entendimento dessa construção sócio-histórica da Infância e da Criança enquanto ser de direitos que podemos dar início a compressão do fenômeno trabalho infantil. Pois, durante quase toda a história humana, crianças e adolescentes estiveram sujeitas a todos os tipos de privações, explorações, violências e, conseqüentemente, da inserção em atividades de trabalho variadas, sem que quaisquer tipos de iniciativas públicas ou privadas fossem direcionadas para coibir tais práticas – inexistia a ideia moderna sobre os malefícios do trabalho infantil. A exploração do trabalho infantil faz parte da história humana e apenas recentemente, algumas décadas, no caso brasileiro, é que se passou a existir a Proteção Social no âmbito do Estado, para que esse tipo de violação de direitos começasse a ser reprimido.



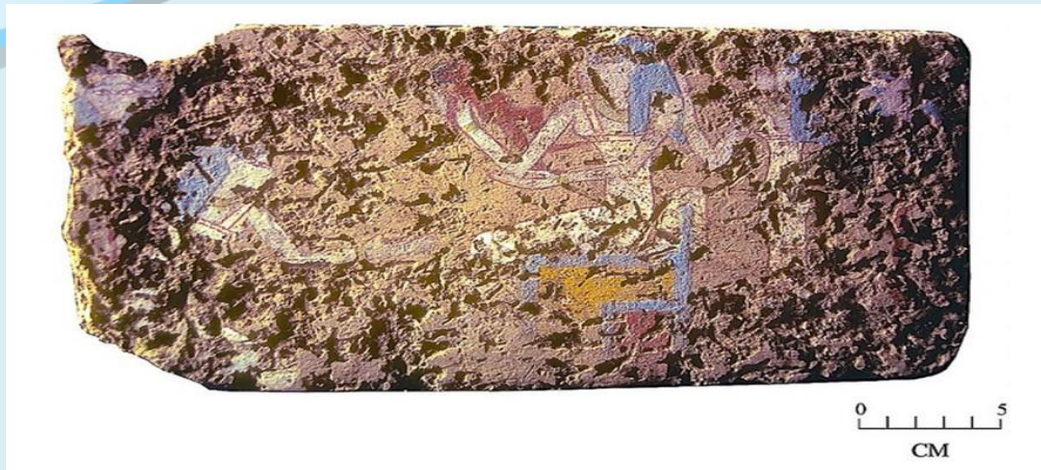
1. História e concepção de infância ao longo dos séculos.

A história social que remete a construção de infância, a partir da análise de registros históricos sobre criança e infância, ora constrói uma identidade sobre esses sujeitos, ora sinaliza retrocessos quanto ao seu entendimento, oferta de proteção e cuidados, mesmo os deveres daqueles que seriam considerados responsáveis para zelar por sua saúde e integridade física, isso no decorrer vários dos séculos. Tal fato, nos leva a afirmar que o olhar direcionado para as reais necessidades das crianças e adolescentes é algo recente, a ideia de garantir direitos e a Proteção Social para eles foi, na verdade, uma construção social modificável ao longo dos anos.

No processo de compreensão do fenômeno, é importante destacar que, o conceito dado à criança e a infância não são iguais, pois não existe uma única criança, ao mesmo tempo em que também não há uma única infância, as condições de vida e subsistência, econômicas ou não, diferem de acordo com as classes sociais, mesmo dentro de um mesmo território. É pelo meio social, econômico e cultural que percebemos a infância, sendo concebida por meio de ideias, práticas e valores de uma sociedade (HEYWOOD, 2004). A própria ideia de criança, tal como considerada no Século XXI, como um ser de singularidades, necessidades específicas, interesses e modos de pensar distintos, não existia antes do século XVIII, embora já houvesse a presença de ideias na antiguidade sobre os limites cognitivos e sobre a capacidade de desenvolvimento intelectual contínuo da criança através da aprendizagem (ANDRADE; BARNABÉ, 2010). Antes do século XVIII a criança era considerada como um adulto, só que em miniatura.

A criança e infância na antiguidade.

Na antiguidade egípcia, em geral os filhos eram um sinal divino de prosperidade, de honra e basicamente o fruto do casamento, desta forma garantiriam a perpetuação das linhagens familiares de alta nobreza, ou mesmo a continuidade da exploração de mão de obra, geralmente escrava, nas lavouras e nos cuidados animais, quando pertencentes as famílias pobres. Ainda que o tratamento dispensado a criação variasse conforme as classes estabelecidas à época, algo era comum, dos filhos se esperava o apoio durante os momentos difíceis da vida, como em caso de doenças e da própria velhice, principalmente no plano pós morte.



Fonte: Museu Egípcio e Rosacruz Tutankhamon

A inclusão social da criança na comunidade, após seus primeiros meses de vida, tinha o acompanhamento da mãe e a participação deles nas tarefas domésticas rotineiras, as crianças menores eram carregadas e sustentadas em tecidos, como numa espécie de canga, facilitando o seu deslocamento e a sua amamentação. Nos ambientes onde essas atividades domésticas eram realizadas, a criança tinha os primeiros contatos com outros membros da comunidade, supõe-se que, com outras crianças na mesma faixa etária e cuidadores em comum, estabelecendo relações sociais que os tornavam companheiros diários e parceiros nas brincadeiras.

Foram encontrados diversos artefatos considerados brinquedos em imagens de pinturas egípcias, dentre objetos com formas de animais, dados, bonecas de pano e jogos, muito comuns inclusive no entretenimento dos adultos. O Senet¹, jogo de tabuleiro, por exemplo, foi encontrado junto a outros artefatos, na tumba do faraó Tutankhamon.

No entanto, análises de representações iconográficas identificam características que demonstram outros aspectos da infância e da juventude no Egito Antigo, justamente aqueles que na atualidade nos remetem as violações de direitos e violências: as crianças são pintadas juntamente com os adultos alicerçando a ideia de dependência para com eles, são bem menores que as demais figuras humanas representadas, quase como bonecos, em alguns casos, retratadas nuas,



¹ O Senet é um dos mais antigos jogos de tabuleiro conhecidos e remonta ao Antigo Egito, cerca de 4000 anos atrás. Disponível em: Regras do Senet - luduscience<http://www.luduscience.com>



denotando possíveis situações de abusos e explorações sexuais; noutras foi possível identificar o cotidiano de criança em atividades laborais, desde a agricultura à criação e os cuidados de animais que forneciam alimentos, não apenas à família, mas à comunidade. Essas condições apesar de retratarem um aspecto da realidade, não podem ser consideradas como regras gerais, vinculadas a uma realidade amplamente aceita, sendo consideradas como integrantes de um traço pertinente ao grupo representado – não podemos esquecer que, na antiguidade egípcia, o modo de produção vigente era o escravista e a sociedade dividia em nobres e plebeus.

Na antiguidade romana e grega, assim como na egípcia, podemos estabelecer alguns pontos de intersecção e semelhanças quando o assunto é a infância, ou falta dela, as relações sociais que se estabeleciam em torno do ser criança, sobretudo o cotidiano de violências e ingressos precoces no mundo adulto, sobretudo nas atividades de trabalho.

Na Grécia antiga os papéis masculino e feminino para a educação das crianças eram bastante demarcados, às mulheres cabia à educação moral e dos valores, os cuidados e a criação até certa idade. Aos homens, os ensinamentos para a guerra e a defesa, ou para a realização de atividades de trabalho, ao carinho não havia espaço. Muito do que conhecemos hoje sobre àquela época, só foi possível graças as pinturas e a iconografia que retratam cenas do cotidiano grego. As pinturas de vasos áticos, por exemplo, representam as crianças com a forma de um adulto em tamanho reduzido ou, o que parece mais provável, tanto sendo representados na criação de animais, quanto nos cuidados dos afazeres domésticos.

A criança na Grécia antiga vivia uma dura realidade, em evidente afirmação com a riqueza e diversidade de representações literárias e artísticas da criança vítima. Segundo os historiadores, embora não sejam abundantes, as pinturas de vasos áticos retratam crianças a serem açoitadas pelo pai ou pela mãe, comprovando uma prática de se recorrer a violência física como medida educativa.

Na Roma antiga, os pais tinham total poder de decisão sobre a família, numa relação idêntica ao que lhe era de sua propriedade. Aos proprietários de terras, os patrícios, obtinham o direito de dizer o destino das mulheres e das crianças, que eram consideradas objetos de sua

propriedade, assim como os animais e as plantações. O pai poderia, por exemplo, decidir sobre o casamento dos filhos e filhas e lhe era reservado o direito de matar os próprios filhos, mesmo já adultos, quando representavam ameaça a sua propriedade (ONEMA, 2007). Quanto a função materna, segundo Machado:

Dentro da soberania incontestável do pater famílias, a família é o meio natural em que a criança romana deve crescer e se formar. A função de transmissão dos valores cabia sempre à mãe, que quando não podia desempenhar esta função, transferia a tarefa para outro membro de idade madura, apto na transferência dos ideais de moral e severidade. No primeiro plano, está o ideal moral: a necessidade de formar a consciência da criança ou do jovem, e ampará-lo com um sistema de valores morais, reflexos de um tenaz estilo de vida (MACHADO, 2006, p.20).

Tanto na Grécia quanto na Roma antiga, pela análise dos registros históricos, é possível perceber como era concebida a ideia de infância, com vieses de distinção entre meninos e meninas. Para os meninos das classes privilegiadas existia a possibilidade de uma aprendizagem, como ler e a escrever em latim e grego com seus aios, isto é, com professores particulares. Além disso, sobre atividades essenciais à época, como a agricultura, a astronomia, religião, geografia, matemática e arquitetura.



Representação de crianças da Roma Antiga brincando - Wikimedia Commons

Para os meninos de famílias pobres, a realidade era bastante diferente, a maioria não estudava ou, não podia dispor de tempo integral para os estudos, dedicavam-se ao trabalho agrícola ou artesanal, ou mesmo eram enviados às guerras para lutar ou desenvolver trabalhos menos valorados, como o carregamento de materiais, comida e o cuidado dos animais.



As meninas restavam os afazeres e cuidados domésticos e dos idosos, com apenas 12 anos se casavam, geralmente com arranjos familiares, isto é, os pais ou seus responsáveis escolhiam os maridos para as filhas. Um casamento com cerimônia pública, quando pertencentes a famílias abastadas, era importante para mostrar à sociedade que os

noivos pertenciam a uma família importante e com posses.

O abandono de crianças pobres ou sem família e cuidadores, na Roma Antiga, tinham causas variadas. Abandonados, meninos e meninas estavam destinados à prostituição ou à vida de gladiadores, treinados para enfrentar leões, tigres e outros animais perigosos. Outros ainda se tornavam servos. Não havia distinção, em alguns casos, entre ricos e pobres quando o assunto era o abandono dos filhos na Roma antiga. Enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas, os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê, os ricos, ou porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes.



Importante destacar que, nas sociedades grega e romana, o infanticídio era praticado. Chama a nossa atenção a Legislação da Roma imperial, que tentou condenar essa prática, e o imperador Constantino, desde 315 – reconhecendo a

importância do fator econômico na prática do abandono por pais extremamente pobres, procurou fazer funcionar um sistema de assistência aos pais, para evitar que vendessem ou expusessem seus filhos. Depois de 318 o infanticídio passou a ser punido com a morte.

Também, segundo Andrade e Barnabé (2010, p.59) “a criança pertencia ao universo feminino até que pudessem ser integradas ao mundo adulto, ou seja, quando apresentassem



condições para o trabalho, para a participação na guerra ou para reprodução”. Devido ao alto índice de mortalidade infantil na época, que fazia com que existisse uma naturalização das causas das várias mortes de crianças, mesmo o infanticídio era banalizado, sendo assim, a infância tornou-se um tempo muito curto a ser permitido e considerado, quanto antes os ritos de passagem considerassem as crianças um ser adulto, melhor para a comunidade.

A criança e infância na idade média.

Até o século XII podemos afirmar que não havia uma visão de infância, os estudos demonstram que neste período, tal fato da vida humana ficou encoberto. As poucas representações de símbolos e imagens das crianças, com suas particularidades, não eram conhecidas.

Áries (1981) ressalta que "na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes" (p.156). Ou seja, novamente percebemos que as crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Elas não tinham um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, não existia neste período, o chamado sentimento de infância.

Áries fez a afirmativa surpreendente de que o mundo medieval ignorava a infância. O que faltava era qualquer *sentiment de l'enfance*, qualquer consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. [...] A civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala (ÁRIES, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

Chama-nos a atenção que na Idade Média, os fenômenos e os objetos eram valiosos por sua essência, não por suas qualidades reais. Retratá-las, não era uma tarefa fácil. Então a arte medieval era mais simbólica do que realista. Desta forma, a criança não era o principal elemento da obra, mas todas as coisas que as cercavam, como instrumentos musicais, utensílios domésticos, objetos de valor, decorativos, natureza morta e realista, entre outros. Os artistas assim criavam uma mensagem que normalmente se limitava aos desejos de bem-estar ou a proibições.



As crianças eram valorizadas como ajudantes da casa. Um garoto poderia morrer a qualquer momento e emocionalmente as pessoas pouco ou nada se importavam com relação a ele. Muitas mães sequer nutriam esse sentimento pelos seus rebentos, a maioria delas, especialmente em famílias nobres, imediatamente davam os bebês aos cuidados de uma ama de leite após o nascimento. Quando a criança estava um pouco mais desenvolvida, ela imediatamente começava a trabalhar sem que houvesse maiores preocupações acerca de sua idade ou capacidade de trabalho.

Segundo Áries (1981), a relação criança/infância foi sendo construída e se transformando a partir da transmissão de novos pensamentos e condutas, sobretudo da Igreja Católica. Essas novas condutas fizeram com que surgissem novos arranjos familiares que destacavam a importância dos laços de sangue. No século XVIII a Igreja Católica passou a denunciar e culpabilizar quem matasse crianças, alegando a prática de bruxaria, por considerarem que essas não seriam capazes de realizar tal ato, ou ainda, não estariam completamente direcionadas para o mal, haveria salvação para suas almas, desde que com acompanhamento e ensinamentos da igreja. Desta forma, no século X e XI, além do matrimônio, o ato de procriar passou a ser considerado sagrado.



Pela influência da igreja, de sua nova ótica, a infância passa a ser reconhecida, de acordo com Heywood (2004) a partir do discurso cristão do “culto ao menino Jesus” e do “massacre dos inocentes” praticado por Herodes. Segundo o autor, passa a se difundir a ideia de que a criança é um mediador do céu e da terra, e que destes vêm falas de sabedoria. Foi neste cenário, que se emerge o sentimento de infância,



de sua proteção e cuidados. Foi apenas no século XVIII com o surgimento da compaixão e o



sentimento de proteção da criança, que a infância enquanto concepção se efetivou. Deste ponto em diante, do ponto de vista biológico, passam a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios e sua incompletude.

Esta compreensão de sujeito fez com que a criança se tornasse alvo do controle familiar, do meio ao qual estavam inseridas. Tal fato beneficiou o surgimento da instituição Escola. A criança passa a ser reconhecida como um sujeito social, inserida dentro da coletividade, onde a família passou a ter preocupação e interesse por sua saúde e educação, principalmente para a manutenção das propriedades, do patrimônio e dos sobrenomes de influência política e de poder.

É nesse contexto, ainda incipiente, mas que traz grandes avanços históricos, que a sociedade entende a criança como pertencente à sociedade, que tem “vez”, tem “voz”, tem sua forma de vivê-la, que influencia e por ela também é influenciada, ainda que não na plenitude da contemporaneidade.

Segundo Gagnebin (1997), a infância não é mais:

[...] o rastro vergonhoso de nossa natureza corrupta e animal, mas sim, muito mais, o testemunho precioso de uma linguagem dos sentimentos autênticos e verdadeiros, ainda não corrompidos pela convivência mundana. Assim se elabora uma pedagogia do respeito à criança, da celebração de sua naturalidade, de sua autenticidade, de sua inocência em oposição ao mundo adulto pervertido [...]. (GAGNEBIN 1997, p. 94).

Conclui-se então que não havia uma concepção precisa de infância no período da Idade Média, e que por diversas vezes as crianças eram desdenhadas, o que não quer dizer que tenha sido ignorada, mas invariavelmente era preferível escrever sobre a idade adulta (HEYWOOD, 2004).

A criança e infância na idade moderna e contemporânea

A Modernidade é um período histórico iniciado no final do século XV, marcado pelo seu caráter revolucionário em relação a costumes, princípios, valores, de ordens econômica, política, social e cultural vigentes no momento anterior, a Idade Média. Com a Modernidade, ocorre a ruptura com a sociedade de ordens, que barrava as liberdades individuais; a laicização política, econômica e cultural, proporcionando a formação dos Estados Nacionais, que marcou todo o período medieval. A abertura do comércio, a valorização da autonomia e da capacidade humana (antropocentrismo); as descobertas geográficas; o desenvolvimento das cidades; o surgimento de uma nova classe, a burguesia; como consequência, promovem uma revolução na pedagogia e na educação, fruto do iluminismo.

Para todos os historiadores, é inequívoco afirmar que foi um período marcante para as sociedades humanas, suas grandes transformações, a exemplo da ascensão crescente de poder da classe burguesa, seus novos ideais, trouxeram avanços em diversas áreas do conhecimento. Quando focamos na infância dessa época, tantos avanços, colaboraram de forma expressiva na redução da mortalidade infantil, trouxeram uma reformulação no conceito de infância, bem como a necessidade do investimento em educação, segundo KRAMER (2003 apud SILVA, 2009, p. 12):

[...] a ideia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Sabemos que a ideia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia. (KRAMER, 2003 apud SILVA, 2009, p. 12).

Ao penetrarmos nas alterações, causadas pelo surgimento desse novo olhar para a criança, vemos o quanto a criança paulatinamente passa a ocupar um maior espaço na sociedade e novas demandas passaram a surgir para atender às suas necessidades, como a escola. Assim, de acordo com Kuhlmann e Fernandes (2004, p.22) “o capitalismo, o desenvolvimento do conhecimento científico e a constituição das instituições educacionais são fatores que estão associados à chamada infância moderna”. Neste sentido, Kramer (1994) acrescenta que:

[...] se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (‘de adulto’) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 1994 apud MAIA, 2012, p. 19).

Especificamente, temos a escola e a família como instituições fundamentais encarregadas em formar e cuidar dos indivíduos, não apenas de seu crescimento físico e de sua instrução formal, bem como de sua formação pessoal e social, da moral e costumes, em especial durante a infância e a adolescência. Essa nova visão de criança e infância, criada na modernidade, que considera a existência de um ser com condições particulares de cuidados, valorização e aprendizagem não vai ser estabelecida para todos.





indústrias recém estruturadas.

Inserida numa lógica de classes, tais visões foram aplicadas, praticadas e reconhecidas àqueles com condições financeiras, à classe operária jamais foram dadas as mesmas oportunidades e regalias da burguesia, enquanto mão de obra, cada indivíduo pertencente aquela família operária era considerada como um investimento de mercado, peça necessária à extração da mais-valia, a obtenção do lucro pelas

Para as crianças da classe rica, segundo Ariès (1981), surge o sentimento de “paparicação”, elas eram vistas como “bibelôs”

(...) um sentimento superficial da criança- a que chamei de ‘paparicação’ - era reservado a criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p.10).

Já para as crianças pobres, continua a compreensão do “ser selvagem”, sendo reservados as mesmas o trabalho barato, as vezes não pago, os castigos corporais e a privação de lazer e cultural. As crianças pobres e oriundas de famílias das classes trabalhadoras não possuíam “infância”, em nome de um ideal de modernidade e evolução, eram necessários ao desenvolvimento do Capital. Muitas morriam trabalhando nas indústrias ou devido as péssimas condições de higiene, outros tinham partes do corpo mutilados e a maioria não recebia pagamento pelo seu trabalho. Segundo Amarilha (2002):

A pressão da nova ordem social estabeleceu dois canais básicos de intercâmbio do adulto com a criança: 1. A burguesia emergente foi levada a criar escolas urbanas, não monásticas para que seus filhos dominassem os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética e pudessem assim, habilitarem-se a condição de adultos dirigentes. 2. O segundo canal foi a percepção de que a criança pobre e os filhos bastardos teriam valor como mão de obra barata, o que contribui para desenvolverem-se cuidados com a infância visando a diminuição da mortalidade[...] com essa visão pragmática, capitalista, é que a infância começa a ter um espaço social mais definida (AMARILHA, 2002, p. 128).



Legenda: Cena de Família, de José Ferraz de Almeida Junior, 1891.

Historiadores afirmam que, no final do século XVII, com o aparecimento da escola moderna, a família começa a dar maior atenção e a organizar-se para a criança, duas coisas em especial vão ser o foco desse olhar diferenciado, a amabilidade e a educação. Com o começo da modernidade a família fortalece a sua função moral e espiritual para com as crianças, não sendo mais dela a responsabilidade de preparar os filhos para as funções e encargos adultos e sim papel da escola, tendo a função de discipliná-los. Sendo assim, a criança abastada torna-se um ser a receber educação, enquanto processo fundante e preparatório para o mundo do trabalho, mais especializado, competitivo e voltado para atendimento das demandas de grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Ainda segundo Ariès (1981),

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÈS, 1981, p.12).

Segundo os estudiosos, ao analisarmos o século XVIII, direcionando o olhar sobre a infância e a criança – com extensão também aos adolescentes, podemos afirmar que essa mudança de compreensão e comportamentos acontecem como fruto das ideias de autores como John Locke e Jean Jacques Rousseau. Para John Locke, a ideia da tábula rasa para o desenvolvimento infantil e de que a criança nascia apenas como uma folha em branco reafirma a necessidade de estabelecer uma educação primária que auxiliasse a família na construção do



ser social – de certa forma, também para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, “o ser humano recém-nascido seria com uma espécie de superfície de cera maleável, onde os adultos poderiam “escrever” aquilo que julgavam necessário para seu desenvolvimento” (SARMENTO, 2007), ainda:

A criança é uma tabula rasa na qual podem ser inscritos quer o vício quer a virtude, a razão ou a desrazão, sendo missão da sociedade promover o crescimento com vista a uma ordem social coesa. A imanência da criança torna cada ser humano um projecto de futuro, mas que depende sempre da ‘moldagem’ a que seja submetido na infância. A concepção lockiana propõe uma atenção às disposições e motivações infantis e nesse sentido precede concepções desenvolvimentistas que só vão florescer séculos mais tarde (SARMENTO, 2007.p.32).

Para Rousseau, existia a ideia de natureza pura, boa e inocente da criança, e da necessidade de respeitá-la e deixá-la livre para que a natureza pudesse atuar no seu curso natural, propiciando o integral desenvolvimento saudável das crianças (HEYWOOD, 2004),

[...] a criança inocente funda-se no mito romântico da infância como a idade da inocência, da pureza, da beleza e da bondade. Com expressão vasta na pintura romântica, bem como em muitos romances, encontra no Emílio de Rousseau o seu paradigma filosófico (SARMENTO, 2007, p.31).

Rousseau na obra Emílio, “[...] sustenta que o adulto deve proporcionar uma orientação que seja a mais reduzida possível, sem nunca pretender ensinar a criança às respostas corretas, mas ajudá-la, antes, a aprender a resolver seus próprios problemas” (PINTO; SARMENTO, 1997, p.41). Como também ressalta “[...] a importância da infância. Exalta a experiência, os sentimentos e as paixões. Mostra uma criança aparentemente livre – protótipo da criança burguesa, e propõe, detalhadamente, um método- da natureza [...]” (SMOLKA et al, 2002, p.105). Para Sarmiento (2007, p. 31) “as concepções rousseauianas tem uma ampla expressão contemporânea nos modelos pedagógicos centrados nas crianças e, não por acaso, concitam ainda hoje um importante debate pedagógico”.

2. A realidade brasileira

A história brasileira inicia-se a partir do que imputou-se como “descobrimento”, em 1500, marcado pela exploração de tudo o que se podia encontrar na “nova terra”, o que durante muitas décadas gerou conflitos e falta de intenções de povoamento. Três décadas após o primeiro aporte em terras tupiniquins, é que se iniciaria o processo de sua colonização pelos portugueses. Durante este período um número seletivo de homens e algumas mulheres, nem



sempre com boas reputações, se dispuseram a aventurar-se nas águas do Atlântico a caminho do “Novo Mundo”. O historiador Fábio Pestana Ramos, afirma que, nas embarcações portuguesas XVI, as únicas crianças eram aquelas pobres – sem opção de subsistência ou que eram forçadas a fazer parte da tripulação das Naus, ou aquelas que acompanhavam os pais em busca de novas oportunidades. O historiador afirma que: “as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do rei enviadas ao Brasil para se casar com os súditos da Coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente” (Ramos, 2015, p. 19).

As crianças pobres atravessavam o Atlântico em condições perigosas e extremamente tormentosas; durante os meses de viagem, frequentemente sofriam abusos sexuais de marinheiros rudes e violentos (Ramos, 2015, p. 19). Muitas, independente de classe social, quando os navios eram atacados por piratas, eram levadas como escravas, sendo entregues à prostituição, acabando por morrer de fome, maus tratos e de exaustão. As viagens sempre eram marcadas por relatos de violência sexual, trabalhos forçados e riscos constantes de falecimento – poucas crianças que sobreviviam e chegavam ao Brasil.

Essa realidade desumana, enfrentada por crianças nas embarcações aponta a total fragilidade física dos pequenos, os quais, por suas condições, necessitavam de cuidados e proteção, entretanto, sofriam com tratamentos criminosos. Consideradas como adultos e não como crianças, “adultos em corpos infantis” (Ramos, 2015, p. 49), suas vidas eram entregues à própria sorte; um diagnóstico da realidade com relação à ausência da percepção do adulto sobre a infância naquela época.

Séculos mais tarde, no Brasil, é que a organização do Estado no âmbito da intervenção social que atua sobre a infância, começa a ser estruturada juntamente com a expansão do industrialismo e pela crescente urbanização derivada deste processo. Um pouco mais tardio do que nos outros países, pois estamos falando do século XIX, onde os filhos da classe trabalhadora eram submetidos às mais cruéis formas de exploração, sobrevivendo em precárias condições. Neste período, o país era marcado por taxas estratosféricas de mortalidade infantil. É nesse panorama que surgem expressões da chamada *Questão Social* relacionadas, e a distinção da infância rica e pobre. A fotografia em sequência representa bem a infância rica brasileira.



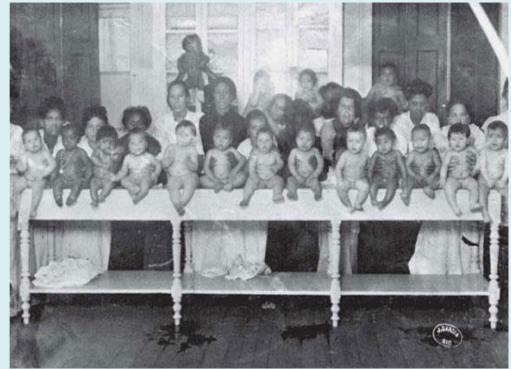
Fonte: Google imagens, 2021.

Nesta perspectiva, Souza (2007, p. 15-16) afirma que:

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso. [...] No setor público, o jardim de infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim de infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

As atenções, cuidados e a educação das crianças e adolescentes brasileiros, pertencentes as famílias mais abastadas, ou mesmo àquelas famílias de comerciantes, prestadores de serviços especializados e alguns funcionários públicos, não difere daquela noção de infância já vivenciada em outros países, a partir do século XVII, onde os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com esmero. Para essa parcela da população brasileira o olhar em torno da criança, apesar da rigidez patriarcal, era de zelo. Ao que diz respeito as crianças pobres, tal afirmativa não se traduz nos mesmos moldes.

As primeiras propostas de instituições pré-escolares para este público que se tem notícia, aparecem em 1899, com a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. A primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro. As primeiras iniciativas sempre estiveram no âmbito da caridade e da manutenção e suporte do operariado.



Naquele mesmo ano, ocorreu a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (KUHLMANN, 1998). Em Natal, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi fundado em 1917. De tal modo, o atendimento às crianças menores, em particular, em instituições educativas e assistencialistas, tem início com as transformações sociais e econômicas no país, provocando mudanças nas relações de trabalho em função do modo de produção capitalista, acarretando, por exemplo, a saída da mulher urbana dos afazeres domésticos e do cuidado/criação dos filhos e o acesso ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, houve grande pressão social dos trabalhadores urbanos, que fartos das condições subumanas em que viviam, viram nas creches um direito, ao menos para que os seus filhos tivessem melhores condições de vida.

Não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro. As populações economicamente carentes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia. Em 1923, foi criado o **Juizado de Menores** / Em 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o **Código de Menores**.

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Código (grafia original) (Código de Menores – Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927).



O foco maior de investimento sobre/para a criança no Brasil, ocorre no período de 1930 até 1980, nas décadas de 70 e 80 houve uma grande ascensão da burguesia urbano-industrial, com forte participação da mulher no mercado de trabalho, concomitante, havia uma expressiva pressão dos movimentos sociais para que houvesse uma expansão do atendimento educacional e socioassistencial, que culminou na ampliação do atendimento as crianças de 4 a 6 anos de idade, Agora assumindo a estimulação cognitiva e o preparo para a alfabetização (KRAMER, 1987).

O processo de valorização da infância e os estudos do processo de desenvolvimento e de socialização das crianças conheceram, a partir do século passado, desenvolvimentos qualitativos a que não é alheio, certamente, o novo quadro de problemas sociais originados pela industrialização e o movimento social ‘pelos direitos da criança’, que começa a manifestar-se já desde o século XVIII, mas que acabará por ver as suas preocupações traduzidas em legislação apenas no século XIX e sobretudo no século XX. Esse movimento exprime, ao fim e ao cabo, uma nova sensibilidade e uma nova atitude que procura valorizar a “voz” e a expressão das crianças [...] (SARMENTO; PINTO, p.49-50).

No século XX, a sociedade brasileira acompanha as transformações econômicas, políticas e sociais, entre as quais se destacam o debate em torno do cuidado, da preservação e da preparação da infância. Ao identificarmos o lugar da infância neste período, devemos nos lembrar que os conceitos de criança e infância estabelecidos são o aspecto decisivo que dá margem ao surgimento das políticas públicas e sociais assumidas pelo Estado, e não apenas dependentes da iniciativa privada. As discussões não só no âmbito educacional, mas também do lazer, do brincar, da proteção social socioassistencial passam a considerar crianças e adolescentes como seres de direitos e que, portanto, possuem suas singularidades.

Em 1988, da **Constituição Federal**, considerada a Constituição Cidadã, concretizou-se no **artigo 227**, conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira. Este artigo garantia às crianças e adolescentes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial, ou seja, através de dispositivos legais diferenciados, contra negligência, maus tratos, violência, exploração, crueldade e opressão.

De acordo com Fontana e Cruz (1997) o auge de direcionamento para conhecimento da criança, acontece a partir do século XX. O conceito dado à criança começa gradativamente a sofrer significativos aprimoramentos e ajustes, considerando a escolarização das crianças



enquanto fundamental para a construção do Ser. É nesse contexto do desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças, que passamos a nos referir a uma estruturação social da infância (CORSARO, 2003). Se antes as sociedades colocavam a criança imersa no mundo adulto, com o intuito de responsabilizá-los e educa-los para o desenvolvimento de atividades passadas de pais para filhos, enquanto ofícios da família, na atualidade essa criança é resguardada, protegida e separada por faixa etária. Não podemos dissociar a construção social da infância com a efetivação da formação de valores morais, cívicos, comportamentais, das quais a sociedade ainda espera da criança. Com a criação de estatutos de proteção para essa faixa etária, logo depois do século XVIII, que demonstramos uma invenção social da infância, bem como a invenção da adolescência no final do século XIX (CORSARO, 2003).

Considerações finais

O trabalho infantil é um processo multicausal, que possui raízes profundas no desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes, bem como da concepção tardia na história desses enquanto cidadãos e seres em condições peculiares de desenvolvimento. Não ao acaso, ainda hoje sofremos as consequências de uma visão de mundo que preconiza uma adultização de crianças e as responsabiliza, isso quando elas são provenientes das camadas mais pobres da população. Essa aceitação é considerada quando para apoiar a manutenção das famílias financeiramente, através da exploração de sua mão de obra, o que não é visto como exploração, mas como meio de salvação.

Trata-se de um processo de inversão, não apenas de valores, mas de responsabilidades, tendo em vista que crianças jamais deveriam, na história da humanidade, terem sido incluídas no processo de produção e reprodução de insumos, naturais ou não, que respondem as necessidades básicas humanas. Mas, que em toda a história da humanidade serviu aos propósitos de que, à época, detinha o poder econômico e/ou político.

A concepção da criança enquanto Ser de direitos é moderna, necessitou de séculos em avanços científicos, ideológicos, sociais e humanos para começar a ser posta em prática. Desta forma, não é natural, mas compreensível, que ainda hoje, tenhamos que conviver com visões conservadoras que permitem ou naturalizam a inserção precoce de crianças em atividades de trabalho, bem como dos adolescentes, em geral de maneira despreparada e alheia às necessidades modernas de mão de obra para o mercado de trabalho do século XXI – a saber,



tecnológica, informatizada, global, competitiva, especializada, com uma atuação multisetorial e multiprofissional.

Ainda que tenhamos experienciado nas últimas décadas, mediante os avanços históricos e sociais, uma grande redução no número de crianças e adolescentes trabalhando nas piores formas de trabalho infantil, o lastro dessa violência se perpetua principalmente na cultura repassada entre gerações, que assegura que “é melhor estar trabalhando, do que roubar”, como se existissem apenas essas únicas opções para a infância, sobretudo, quando este segue sendo um pensamento a ser atribuído unicamente às famílias pobres, numa perspectiva ultrapassada de “ajuste” dos sujeitos e da culpabilização do pobre por suas condições de vida – desconsiderando os mecanismos cruéis de exploração de classes, inerente à ordem Capitalista.

A bem da verdade, construímos uma narrativa de registros históricos que evidência muito mais o modo de viver, as condições de vida, os costumes, as formas de pensar a criança ao longo das diferentes épocas, no entanto, não podemos dissociar a exploração do trabalho infantil da lógica econômica dominante nas diferentes sociedades humanas. Em todas elas existiram classe dominantes e dominadas, onde, na inexistência de uma concepção de infância que permitisse uma proteção social mínima, a exploração do trabalho infantil foi naturalizada, aceita e posta enquanto garantia de melhor qualidade e condições de vida.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

As crianças contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.

BRASIL. Constituição Brasileira da República. 1988. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>.

FERREIRA, L. N. **Violência e infância na Grécia antiga: três aspectos de uma problemática**. Artigo. Annablume: Imprensa da Universidade de Coimbra. Portugal, 2021.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOME, P S. **Criança e infância. Uma concepção histórica**. TCC apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, 2018.

KUHLMANN JR, M.; FERNANDES, R. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 15-33, 2004.

NIEHUES, M. R; COSTA, M. O. **Concepções de Infância ao Longo da História**. 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul. Revista Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1, 2012.

OMENA, L. M. **Os Ofícios: Meios de Sobrevivência dos Setores Subalternos da Sociedade Romana**. Disponível em < <http://www.revistafenix.pro.br> >, acesso em 14 de junho de 2007.

RAMOS, F. P. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In: PRIORE, M del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.